



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Segunda-feira
(21/05)

Manchetes

Istoé: Avança na Câmara projeto que acaba com a revista íntima em presídios

Consultor Jurídico: Proposta de bloquear sinal de celulares em prisões avança no Congresso

Jornal do Brasil: Agentes da PF prendem Lica, chefe de milícia

Diário do Nordeste: Rompimento entre facções no Amazonas deve impactar no Ceará

Estadão: Prisão temporária cresce 32% após veto a condução

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Chefe do tráfico: O chefe do tráfico de drogas do morro da Barão, em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio, foi morto na manhã de sábado (19) durante operação das polícias com apoio das Forças Armadas. Foragido havia pelo menos dois anos, o traficante Sérgio Luiz da Silva, conhecido como Da Rússia, foi morto no Complexo do Lins, na Zona Norte, em desdobramento de ações que começaram na noite de sexta-feira (18). A polícia confirmou que outras seis pessoas foram mortas na operação. Notícia da **Folha de S. Paulo**.

Cemitério em base: Relatos colhidos pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá apontam para um local onde estariam restos mortais de desaparecidos da guerrilha do Araguaia nos anos 1970. Segundo depoimentos, mortos na Ditadura Militar (1964-1985) teriam sido enterrados em um cemitério clandestino dentro de uma base militar no município de Oiapoque (600 km de Macapá), já na fronteira com a Guiana Francesa. Notícia do **UOL**.

Luz sobre milícia: **Estadão** noticia que a denúncia contra o ex-PM Orlando de Araújo, apontado por uma testemunha como envolvido na morte da vereadora Marielle Franco e



do motorista Anderson Gomes, tornou famoso um nome já conhecido pela polícia. Ele é investigado por supostamente comandar uma milícia violenta, que se expande por Jacarepaguá, zona oeste do Rio. Também enfrenta suspeitas por três homicídios, participação no jogo do bicho e na máfia dos caça-níqueis. A defesa diz que ele é inocente.

Números da Intervenção: O Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro publicou os dados referentes à violência no estado no mês de abril. São medidos ao todo 40 indicadores. Com esses dados, é possível aferir numericamente alguns dos resultados produzidos pela primeira intervenção federal realizada num estado brasileiro desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. A intervenção teve início com a publicação de um decreto presidencial do dia 16 de fevereiro de 2018. A experiência está, portanto, em seu terceiro mês de duração, e deve terminar no dia 31 de dezembro de 2018. Notícia do **NEXO**.

Prisão de miliciano: **Jornal do Brasil** informa que em mais uma ação no entorno da Praça Seca, na zona oeste do Rio, forças policiais prenderam Hélio Albino Filho, conhecido como Lica. Ele é apontado como um dos traficantes da região, conflagrada há meses por uma disputa sangrenta entre tráfico e milícia. Ex-miliciano, Lica se aliara à facção Comando Vermelho, que comanda o tráfico na Praça Seca, segundo informações fornecidas pela Polícia Civil do Rio. A corporação atuou no caso em parceria com a Polícia Federal.

Sistema Prisional

Revista íntima: **Istoé** informa que desde 2013, tramita no Congresso Nacional o projeto de lei 7.764/2014 que objetiva alterar a Lei de Execução Penal para determinar a extinção da prática da revista íntima. A proposta passou pelo Senado e, em 2014, foi remetida à Câmara dos Deputados, onde tramita como Projeto de Lei 7.764/2014. Na semana passada, ela foi aprovada na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Se o PL for aprovado, a regra passará a valer em todo o país. Para tanto, ainda é preciso passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.



Bloqueadores de sinal: Consultor Jurídico noticia a tônica do entendimento legislativo quanto à implantação e manutenção de bloqueadores de sinais em presídios tem sido a de imputar às operadoras de telecomunicação o mais focado protagonismo jurídico, operacional e financeiro. A matéria ressalta que uma atribuição obrigacional aparentemente simples, como essa da instalação de aparelhos de bloqueio telecomunicacional, pode envolver, na realidade, arranjos institucionais, setoriais, jurídicos e financeiros tão relevantes quanto complexos.

Falta de servidores: Conforme avaliação do Subsecretário do Sistema Penitenciário (Sesipe), delegado Osmar Mendonça de Souza, as políticas públicas voltadas para os detentos do Distrito Federal estão “longe do ideal”. O ensino, por exemplo, é garantido com 1.580 vagas, mas a falta de atrativos e o deficit de aprendizagem provocam evasão. Os atendimentos de saúde também são realizados por equipes profissionais, porém a demora em levar os presos aos hospitais, em alguns casos, agrava as doenças. E as oportunidades de trabalho, embora ofereçam a chance de ressocialização, são limitadas. Notícia do **Correio Braziliense**.

Bibliotecas em presídios: A presença de bibliotecas em cadeias públicas do país é regulamentada pela Lei de Execuções Penais - nº 7.210, de 1984. Dados de 2017, divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) do Ministério da Justiça (MJ), mostram que o DF tem seis bibliotecas: uma para cada unidade penitenciária. A nível nacional, no entanto, só existem livros em 33% das cadeias. Os índices são relativos a 2016. Notícia do **Correio Braziliense**.

Rompimento entre facções: Já são 1.626 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) - homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, somente de janeiro a abril deste ano, no Ceará. A justificativa da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) é que a grande maioria dessas mortes estejam ligadas a disputas territoriais entre as facções. O principal conflito, atualmente, envolve a facção local Guardiões do Estado e o Comando Vermelho (CV). Porém, uma briga ocorrida no Estado do Amazonas pode representar mais um impacto no número de execuções no Ceará. Notícia do **Diário do Nordeste**.



Prisão temporária: As prisões temporárias cumpridas pela Polícia Federal cresceram 31,75% nos primeiros quatro meses de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior. A alta ocorre após decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, que, em dezembro, proibiu a condução coercitiva de investigados para interrogatório em todo o País. De janeiro a abril, foram cumpridas 195 prisões temporárias, ante 148 nos primeiros quatro meses de 2017. As superintendências da Polícia Federal em São Paulo, Tocantins e Paraná lideram as estatística de mandados. A unidade da PF em São Paulo responde por 20% do total das temporárias cumpridas no período. Notícia do **Estadão**.

Notícia correlata

Brasileira presa: Nos Estados Unidos há 16 anos e em processo de legalização, a brasileira Lucimar de Souza, 49, não imaginava que poderia ser presa na saída de uma audiência, logo depois que o seu casamento com um americano foi aprovado pelas autoridades de imigração. "Já estavam me esperando na porta", contou à **Folha de S. Paulo**. Ela foi encaminhada a um presídio, em razão de uma ordem de deportação de 2002, e passou pouco mais de três meses detida —foi libertada no último dia 8.